

**ATA Nº 04/2023**

Às nove horas e doze minutos do dia quatorze de junho de dois mil e vinte e três, os conselheiros que integram o biênio 2023 – 2024 do Conselho Estadual de Políticas Públicas Sobre Drogas – CONESD, se reuniram para a reunião ordinária do mês de junho, que ocorreu de forma híbrida: presencialmente na sede da Secretaria de Estado da Segurança Pública (Rua Coronel Dulcídio, 800 – 10º andar, Batel – Curitiba, Paraná) e online pelo link <https://www.webconf.pr.gov.br/b/cam-6lx-rmu-bap>. **Presentes:** Aloísio Justino do Nascimento (SEDEF), Anelyze Sant Ana (DPC), Andréa Damasceno de Barros (OAB/PR), Andréia Maria Sanson Corat (SEJU), Antônio Vitor Barbosa de Almeida (DPE), Camila Duda (SESP), Carolina Arns de Santa C. Arruda (FIEP), Dulce Dirclair Haf Bais (UFPR), Fábio José Orsini Lopes (CRP), Felipe de Nadai G. de Oliveira (CRP), Helena Maria Ramos dos Santos (CRESS), Jane Cristina Lobato Vasques (SEJU), Josiel Pereira (COMPACTA), Juliane Maria Fonseca Silva (SEED), Júnior Luiz Tavares de Castro (FEPACT), Leandro Domingos Zanardi (DEPPEN), Luiz Carlos Hauer (OAB/PR), Marco Antônio do Socorro Marques Ribeiro Bessa (CRM), Maria Lúcia Gomes (ACP), Marisa da Costa (SESA), Noélia Regina Santos Bueno (FECCOMPAR), Renata Himovski Torres (SESP), Ten. Cel. Ricardo da Costa (PMPR), Vanessa Maria Rodrigues Viacava (SEED) e Thiago Aguilar Massolin (COMPACTA). **Ouvintes:** Ana Alice Santos Bueno (NEPSD), Débora Pradella (DPE) e Diogo de Assis Russo (MPPR). Inicia-se a reunião com os cumprimentos aos conselheiros e com o primeiro item de pauta: **“aprovação das atas das reuniões ordinárias de abril e maio de 2023”**, a presidente Juliane explica que houve atraso na escrita dessas atas por ‘n’ motivos, entre eles o trabalho com o Junho Paraná Sem Drogas, em função disso, sugere que as mesmas sejam pautadas na reunião de julho/2023, com tempo hábil para leitura e apreciação. Todos presentes concordam com a Presidente, ficando a aprovação das atas citadas na pauta para serem aprovadas ou não, na reunião ordinária do mês de julho/2023. No segundo item de pauta: **“posse dos novos conselheiros (SETI – CRP – DPE – SEDEF)”**, a presidente passa a palavra para cada novo conselheiro se apresente, considerando que as alterações foram: o conselheiro Fábio que antes representava a titularidade do Conselho Regional de Psicologia, passa a ser conselheiro titular pela Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – SETI (Decreto Estadual nº 2186, de 24 de maio de 2023); o conselheiro Felipe que antes representava a suplência do Conselho Regional de Psicologia, passa a ser conselheiro titular, ficando na suplência a nova conselheira Gláucia Miranda (Decreto Estadual nº 2186, de 24 de maio de 2023); pela Defensoria Pública do Estado do Paraná continua com a titularidade o conselheiro Dr. Antônio, com nova suplente, Dra. Andreza Lima de

Menezes (Decreto Estadual nº 2257, de 30 de maio de 2023); e a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família tiveram ambos conselheiros substituídos, sendo os novos conselheiros titular e suplente, respectivamente, Aloísio Justino do Nascimento e Silberto Cardoso (Decreto Estadual nº 2356, de 02 de junho de 2023). Para o terceiro item de pauta: “**relatório das ações Junho Paraná Sem Drogas e próximos eventos**”, a presidente pede que a conselheira Camila que esteve presente em todas as etapas explique aos conselheiros as ações já realizadas e as que ainda acontecerão no decorrer do mês. Camila inicia informando que no dia primeiro de junho o Núcleo Estadual de Política Sobre Drogas – NEPSD realizou no auditório da Secretaria de Estado da Segurança Pública, a abertura institucional das ações do Junho Paraná Sem Drogas para todos os servidores da pasta, com uma palestra do servidor do NEPSD, José Augusto Soavinski, com a temática “Qualidade de Vida na Família e no Trabalho” e também uma apresentação da coordenadora do Programa PRUMOS sobre o “fluxo de atendimentos” do programa. No dia cinco foi realizada a abertura oficial no auditório Potty Lazzarotto do Museu Oscar Niemeyer, com o lançamento do Plano Estadual de Políticas Públicas Sobre Drogas 2023/2026, no dia seis a continuação do evento ocorreu na sede do Ministério Público, salienta ao Dr. Diogo, representante da instituição e presente na reunião, o agradecimento pelo empréstimo da casa para realização do evento. Camila acrescenta que do dia 12 à 22 de junho o servidor do Núcleo, Soavinski, estará no município de Paranaguá ministrando palestras em instituições de ensino público para alunos de ensino fundamental e médio. No dia vinte acontecerá o evento “Direito das Mulheres e Política Pública Sobre Drogas”, na SESP. No dia vinte e seis será realizado um seminário de políticas públicas sobre drogas no litoral do Paraná, seguindo a semana com demais palestras e encerramento no dia trinta com panfletagem preventiva no Parque Barigui. A presidente agradece a fala da conselheira e continua a reunião para o quarta item de pauta, que trata-se da: “**comissão de monitoramento do Plano Estadual de Políticas Públicas Sobre Drogas 2023/2026**”, a vice-presidente Caroline pede que a conselheira Renata faça uma explicação sobre a formação da comissão. Renata diz que a proposta da comissão é o que esta acordada dentro do plano, com um dos métodos de execução, acompanhamento e monitoramento do mesmo, que é uma comissão mista, composta por conselheiros do CONESD e servidores do NEPSD/SESP, que trabalhará bimestralmente. Também, Renata sugere que a comissão seja paritária entre os conselheiros do CONESD mais os servidores do NEPSD, sendo quatro instituições governamentais e quatro não governamentais. Dessa forma, a presidente coloca em votação duas propostas para o pleno definir como será a composição da comissão que irá monitorar o plano:

<b>Proposta 01:</b>	SESP, SEJU, SEED, SESA, DEPPEN, SEDEF, ACP, FIEP, FEPACT e	TOTAL DE VOTOS:
---------------------	------------------------------------------------------------	-----------------

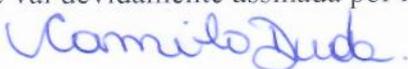
“Comissão Paritária, com quatro governamentais e quatro não governamentais”	COMPACTA	<b>10 VOTOS</b>
<b>Proposta 02:</b> “Comissão livre, sem paridade”	PMPR, DPC, SETI, OAB/PR, CRP, UFPR, CRESS, FECOMPAR, e CRM	TOTAL DE VOTOS: <b>09 VOTOS</b>

Realizada a votação, define-se que a comissão especial de monitoramento do Plano Estadual de Políticas Públicas Sobre Drogas 2023/2026 composta de forma paritária, com os conselheiros das seguintes instituições: Secretaria de Estado da Saúde, Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania, Polícia Militar do Paraná, Secretaria de Estado da Educação, Federação Paranaense de Comunidades Terapêuticas – COMPACTA, Associação Comercial do Paraná, Conselho Regional de Psicologia e Federação dos Conselhos da Comunidade do Paraná – FECOMPAR, ficando acordado que a conselheira Vanessa da SEED será a coordenadora da comissão. Salienta-se que não houve mais de quatro candidatos, havendo paridade para governamentais e não governamentais, não havendo necessidade de realizar votação. Prosseguindo com o quinto item de pauta, “organização das comissões permanentes”, Juliane explica que essas comissões já foram compostas no encontro de abril, mas para melhor desempenho, é necessário a escolha do coordenador de cada comissão. Dessa forma, fica definido no pleno e por escolha dos conselheiros que compõem cada grupo, que os coordenadores serão:

<b>COMISSÃO</b>	<b>COORDENADOR</b>
Comissão de Prevenção	Vanessa Viacava, suplente SEED
Comissão de Tratamento, Recuperação e Reinserção Social	Thiago Massolin, titular COMPACTA
Comissão de Redução de Danos e à Saúde	Felipe Nadai, titular CRP
Comissão de Redução da Oferta	Anelyze Sant’Ana, titular PCPR
Comissão de Estudos, Pesquisas e Avaliações	Fábio Orsini, titular SETI

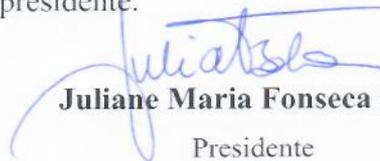
O pleno aprovou também, a inclusão da SETI na Comissão de Redução de Danos e à Saúde, a inclusão da PMPR e PCPR na Comissão de Redução da Oferta e da SESP na Comissão Especial de Legislação e Normas. Ainda, foi definido a conselheira titular da OAB, Andréa Damasceno, como coordenadora da Comissão de Legislação e Normas. Como convidado, o Dr. Diogo de Assis Russo, do Ministério Público, faz uma breve fala como pessoa que lida com regulamentos e leis no dia a dia, que é de suma importância a existência da Comissão de Legislação e Normas, podendo o pleno pensar e deliberar futuramente a possibilidade de transformar o conselho em um projeto de lei. A

conselheira Andréa, concorda com o Dr. Diogo e anteriormente já houve manifestações nesse sentido, importante para que essa comissão já inicie os trabalhos, até mesmo incluindo no Regimento Interno como uma comissão permanente. Juliane abre para os “**informes e palavras dos conselheiros**” no último item de pauta, o conselheiro Luiz Hauer, suplente da OAB, usa do momento para dizer que pretende solicitar substituição de suplência da OAB/PR, devido aos problemas pessoais que estão sendo trazidas ao conselho pela representante da ACP. Reiterando que esta medida se deve para prevenir atritos que foram levados para o pessoal, também para cuida da própria saúde, assunto qual já havia adiantado para sua titular, Andréa. A vice-presidente solicita permissão para a presidente, para poder agradecer ao conselheiro que esteve no CONESD por um longo período, foi presidente e presenciou a aprovação do Plano Estadual de Políticas Públicas Sobre Drogas. A presidente reitera a fala de Caroline, vice-presidente. O conselheiro Luiz Hauer retorno a falar, que vendo os acontecimentos depois desta reunião, com o comportamento e provocações do tipo “você quer guerra, vai ter guerra”, que não quer guerra entre duas entidades e não há nada pessoal contra a conselheira, finalizando que tem pena de onde tudo chegou. A conselheira Maria Lúcia Gomes, titular pela ACP, responde que tem uma trajetória de vida sem desvio de conduta. Ainda, que o presidente e a diretoria da qual faz parte, recebe as atas. Reitera que uma entidade que falou “asneiras” para a conselheira, foi intimada em casa. Complementa que não se preocupa, considerando que o seu presidente tem conhecimento de tudo, uma vez que tudo que acontece no conselho, é gravado. Finaliza que não tem necessidade do conselheiro ter pena, pois não tem problema grave com a saúde e nunca terá. A conselheira Jane, titular do SEJU solicita que a sua conselheira suplente, Andréia Corat, faça parte da Comissão Especial de Legislação e Normas, uma vez que não consegue acompanhar os trabalhos, pedido qual foi aceito pela plenária. Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião às 11h21, e eu, Camila Duda, lavrei a presente ata que vai devidamente assinada por mim e pela vice-presidente.



**Camila Duda**

Secretária Executiva  
CONESD



**Juliane Maria Fonseca Silva**

Presidente  
CONESD